

Os bancos querem complemento

Os banqueiros consideram necessária a adoção de medidas para complementar o "pacote" baixado quarta-feira pelo governo. Em nota divulgada ontem em São Paulo, o Conselho Superior de Orientação da Federação Brasileira das Associações de Bancos sugere que a principal medida complementar é a adaptação das taxas das LTN e do financiamento dos títulos públicos no mercado aberto ao novo quadro de taxas estabelecido, como o tabelamento dos juros.

A nota, distribuída após reunião do Conselho, convocada por seu presidente, Roberto Konder Bornhausen, é a seguinte:

"1. A gravidade da situação econômica que o País atravessa desaconselha que se questione o mérito das decisões tomadas, sendo recomendável que todos os segmentos da sociedade deem o seu indispensável apoio às mesmas, sem o qual os objetivos visados com as medidas jamais serão alcançados;

"2. No entretanto, o sistema bancário considera seu dever alertar que medidas complementares deverão ser tomadas no campo econômico, devendo-se ressaltar entre elas a necessidade de adaptação das taxas das LTN's e do financiamento dos títulos públicos no mercado aberto, ao novo



Ângelo Calmon de Sá

quadro de taxas, agora estabelecido, sob pena de ocasionar sérios danos ao fluxo de recursos destinados ao financiamento dos setores privados da nossa economia".

CALMON

O ex-ministro Ângelo Calmon de Sá, presidente do Banco Econômico, ouvido em Salvador pelo correspondente deste jornal, Walter Clemente, disse que "tabelar juros não significa baixar os custos do dinheiro".

Os juros são determinados pela política econômica do governo, segundo Calmon de Sá. E o Banco Central, como administrador da dívida pública, que esta-

belece os pisos para as taxas de remuneração do dinheiro no mercado financeiro. O tabelamento dos juros para aplicação dos bancos comerciais, portanto, pode não surtir efeito. "Tudo depende da atuação do governo, do Banco Central", diz.

Calmon de Sá tem absoluta certeza de que os bancos jamais emprestarão dinheiro por uma taxa de juros menor do que a exigida pelos investidores, de quem tomam os recursos que repassam no mercado. "Se a taxa de captação for 25%, eu não vou emprestar a 20%", diz. "Mesmo que exista uma tabela dizendo que meu limite é 20%".

CONDE

O diretor-superintendente do Banco de Crédito Nacional (BCN), Pedro Conde, afirmou à Agência Globo que o tabelamento de juros deforma o mercado e, por isso mesmo, deve ter caráter emergencial. Considerou válida a decisão, se for complementada pela redução dos juros dos papéis do governo no "open-market".

O banqueiro explicou que, para manter um "spread" de 4% nas operações pós-fixadas, o BCN terá que pagar uma remuneração de 13,5% mais correção monetária para captar recursos através de CDB.